



DEMOCRACIA VIVA 42

MAIO 2009



ENTREVISTA

ENTREVISTA

Manoel da Conceição

Ele é uma dessas figuras com quem desejamos passar a tarde toda proseando. Cheio de causos e bom humor, transmite a imagem de um homem tranquilo, daqueles que ficam sentados na frente da casa vendo a vida passar. Lêdo engano. Mané, como

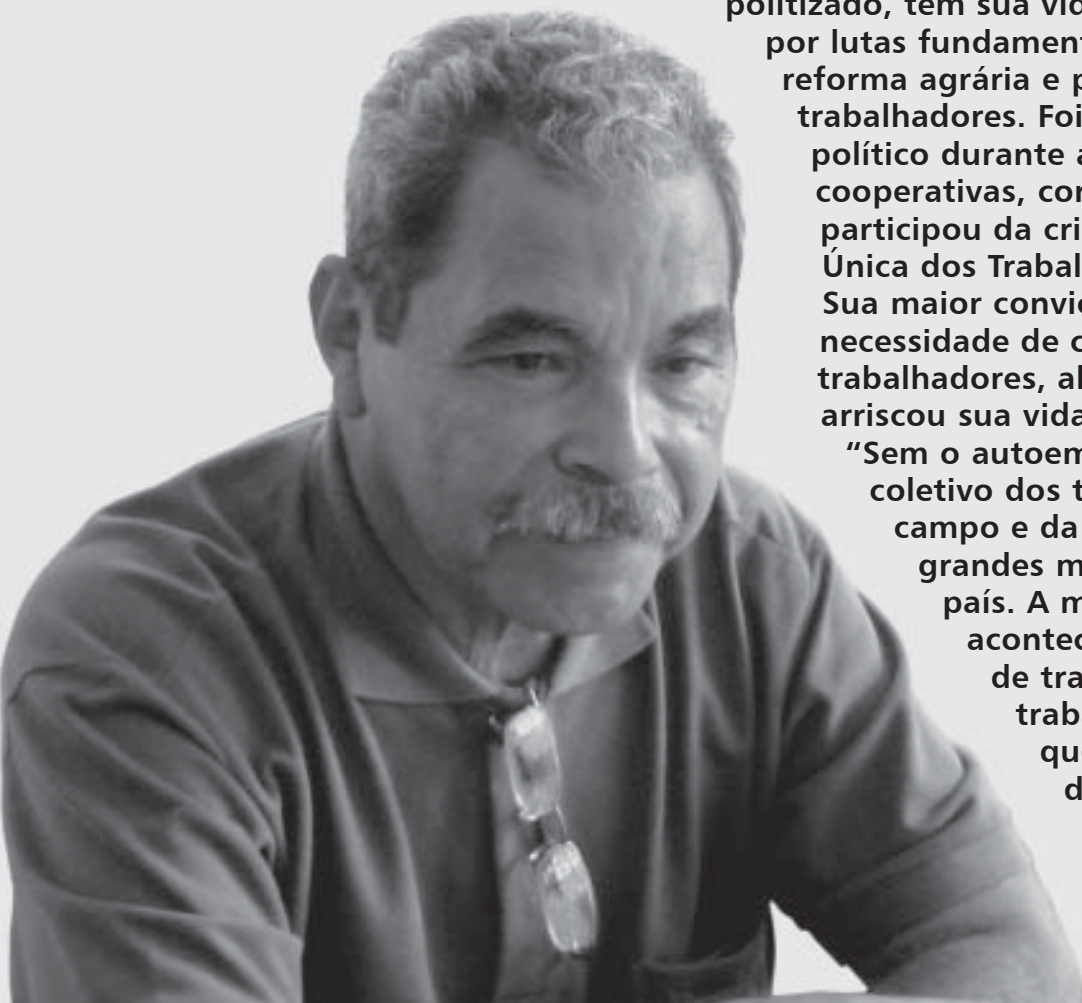
gosta de ser chamado, é cabra forte. Muito politizado, tem sua vida perpassada

por lutas fundamentais, como pela reforma agrária e pelos direitos dos trabalhadores. Foi perseguido

político durante a ditadura, fundou cooperativas, construiu escolas, participou da criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT).

Sua maior convicção é a necessidade de capacitação dos trabalhadores, algo pelo qual arriscou sua vida mais de uma vez.

“Sem o autoempoderamento coletivo dos trabalhadores do campo e da cidade não haverá grandes mudanças neste país. A mudança só vai acontecer quando a massa de trabalhadores e trabalhadoras entender que o enfrentamento deve ser coletivo e não individual.”



Democracia Viva (DV) – Onde você nasceu e como foi sua infância e juventude?

Manoel da Conceição – Eu nasci no Maranhão, no município de Coroatá, próximo ao rio Itapecuru. Meus pais eram uma mistura de gente. A descendência da minha mãe é portuguesa. O meu avô por parte de mãe é de origem indígena e meu pai era descendente de escravos, minha bisavó era escrava. Meu sangue está todo misturado: índios, negros e portugueses. Toda minha família era de lavradores. Eu tinha seis irmãos e o pedaço de terra onde eu morava foi herdado dos meus avós e ficava no meio da terra do Luís Soares, patrão do meu pai. Meus pais consideravam que ele era um bom homem, pois, todo ano, ele liberava a venda fiado para ser paga na colheita.

DV – É nesse lugar de origem que começa a sua luta pela terra?

Mané – Sim, um dia, o Luís Soares chegou na minha casa perguntando se meu pai tinha os documentos da terra. Ele queria fazer um trato: registrar a terra como se fosse dele, prometendo a moradia da nossa família para sempre. Meu pai aceitou o trato. Isso foi em 1952. Só que, em 1955, o patrão morreu e a família dele quis a terra. Invadiram a terra e nos colocaram para fora. Eu estava na casa dos 20 anos e, nessa época, me rebelei, cheguei até a brigar, mas fomos expulsos. Fui parar em Mearim, município de Bacabal, em terra de posseiros. Nesse mesmo lugar, dois anos depois, apareceu um homem que disse que havia comprado as terras, o Manacé Castro, filho do delegado de polícia. Tinha mais de 20 famílias nesse lugar.

DV – Vocês aceitaram?

Mané – Não concordamos, nos rebelamos, mas não houve briga. Falei com as autoridades e me disseram que tínhamos de estar organizados. Falaram que a gente tinha de criar uma associação. Na nossa primeira reunião para criar a associação rural de agricultores, o Manacé chegou em um caminhão com uns jagunços e disse: ‘Não corre ninguém, senão morre’. Eles entraram na casa e mataram três rapazes a facadas. Os rapazes eram todos casados e com filhos. Uma velhinha de 65 anos foi esfaqueada nas costas e ficou rodando no chão; uma criança, que gritava a morte de seu pai, foi jogada contra a parede, o crânio rachou e os miolos caíram na sala. Eu levei um tiro na perna, mas me liberei. Caí no mangueiral e eles não conseguiram me achar. Nessa época, eu era evangélico, da Assembleia de Deus, e

me ajoelhei no meio do povo dizendo que, até aquele dia, eu tinha os latifundiários como meus inimigos, mas, agora, eles é que tinham um inimigo para o resto da vida, e até hoje estou aqui.

DV – E aí, você começou a sua luta...

Mané – Sim, aí começou a minha trajetória. Desde a época de Coroatá até 1962, eu era apenas um revoltado, quase um “Lampião”, ninguém podia falar de fazendeiro, dono de terras, que eu tinha ódio. Mas eu comecei a participar de um curso de formação do MEB [Movimento de Educação de Base] sobre sindicalismo, cooperativismo e política. O curso era da igreja e durou 13 dias, em Santa Inês.

Quando o curso acabou, saí com a missão de fazer um trabalho nas comunidades. Como 99% da população era analfabeta, a primeira coisa que fiz foi incentivar a criação de escolas nas comunidades. Criamos 28. Quem sabia ler, passou a ser professor e nós recolhíamos dinheiro na comunidade para gratificá-los. Pela manhã, eles davam aulas às crianças e, durante a noite, aos adultos. Depois, a escola ganhou o nome de Escola João-de-barro. E foi essa escola que nos ajudou a entender de sindicalismo porque até o significado de sindicato aprendemos fazendo. Em 18 de agosto de 1963, fundamos o primeiro sindicato de trabalhadores rurais do Maranhão, o Sindicato de Trabalhadores Autônomos, em Pindaré-Mirim.

DV – Como você se envolveu com o movimento de resistência à ditadura?

Mané – Eu nunca me envolvi com eles, eles é que se envolveram comigo. Quando baixou a ditadura, nosso sindicato estava em uma briga danada por causa de terras e do gado que comia a nossa produção. Tentamos solucionar, procuramos até a Secretaria de Segurança Pública, mas nada foi resolvido. Fizemos uma assembleia, em janeiro de 1964, e decidimos que o gado que comesse nossa produção, comia bala. Se o dono viesse negociar o prejuízo, fazíamos acordo. Se o dono viesse com brabeza, pegava bala também.

Após o golpe, em abril de 1964, o nosso sindicato foi ocupado militarmente e nos disseram que se fizessemos reunião com mais de cinco pessoas, iríamos presos por subversão. Eu fiquei refugiado até julho daquele ano, com o apoio da Igreja Católica. O gado estava acabando e as pessoas estavam com raiva, revoltadas. As pessoas, também de outras comunidades, iam para a minha casa, na calada da

noite, querendo saber o que era golpe, o que estava acontecendo. E eu começava a explicar o que acontecia no país. A existência dessas conversas correu como fumaça até chegar à delegacia de Pindaré-Mirim. Tentaram me prender, mas tive a sorte de, nesse dia, ter 300 pessoas sentadas na minha casa que impediram isso de acontecer. Diziam: 'Mané, preso? Daqui não vai, não'. Foi uma confusão, mas a polícia acabou indo embora.

Nessa reunião, tinha muitos comerciantes que começaram a ficar no meu pé. Diziam: 'Rapaz, esses homens vieram aqui te prender, não deixaram isso acontecer, você não se entregou. Isso não vai dar certo daqui pra frente'. Eles queriam que eu fosse na polícia explicar os meus motivos. Fui conversar sobre isso com os meus companheiros que foram contra essa ideia. O pessoal do campo não queria que eu fosse, mas fui. Peguei um barquinho até Pindaré-Mirim, saí de madrugada e cheguei nove da manhã na delegacia de polícia, e disse: 'Bom dia, sargento!'. Ele me perguntou quem eu era e eu disse que queria saber o motivo da minha prisão. Ao tentar me explicar, me deram voz de prisão.

Fiquei 30 dias na cadeia. Toda semana, eles me liberavam um dia e, quando estava quase saindo daquela cidade, me prendiam novamente, me chicoteavam alegando que eu estava fugindo. A raiva, que já estava passando, voltou. A partir dessa ação da polícia, sabe o

que eu imaginei? Não sou cangaceiro e nunca fui, mas vou passar pelo menos um dia sendo um. Fui para um lugar chamado Carú, que fica lá para as matas de Pindaré-Mirim. Lá, comecei a juntar uns companheiros que estavam revoltados. Durante um ano, tudo o que fiz foi juntar dinheiro para comprar arma de caça e fazer um barco gigante. Ao final disso, convoquei a comunidade para voltar a Pindaré-Mirim e pegar o delegado de surpresa, prender, amarrar, raspar a cabeça de todo mundo da delegacia e, no outro dia, soltá-los no meio da rua para pagar a humilhação que me fizeram passar.

DV – Foi aí que começou sua relação com a Ação Popular (AP)?

Mané – Sim, antes dessa ação contra o delegado, chega em minha casa o companheiro de sindicato Antônio Lisboa Brito, dizendo que havia alguém do MEB – que também fazia parte da AP, da qual Betinho era integrante – querendo conversar e retomar a luta. Foi quando voltei para Pindaré-Mirim sozinho, sem família, sem nada. Lá encontrei Rui Frazão, que não era do MEB. Eu contei para ele o que estava pensando fazer. Ele disse: 'Rapaz, não faz isso, é muito arriscado. O governo de São Luís [Maranhão] vai mandar prender você de qualquer jeito'. Conversa vai, conversa vem, eu, que sempre gostei de acatar a decisão do coletivo, optei por não fazer. Foi aí o começo da minha militância política. Até então, minha primeira militância foi nervosa, a segunda foi a do MEB



e a terceira etapa foi essa do rolo de gado. Na AP, como militante, passamos a criar grupos de produção, organização política. Fui para São Paulo e trabalhei criando comissões de fábrica e, de algumas, surgiu a CUT. Criei tanto comissões de campo nas comunidades como essas comissões de fábrica nas cidades, que serviam de oposição sindical à ditadura. Fazia isso na clandestinidade. Cheguei a ser do comitê central e da executiva nacional da AP.

DV – Como foi a experiência de ir à China?

Mané – Fui para a China em outubro de 1969 e voltei em julho de 1970. Eu aprendi muito. Fui em uma delegação de 12 pessoas e eu não era dirigente. Fomos para uma escola fazer curso político e de guerrilha. Lá, foi discussão que não tinha fim. A maioria dos companheiros entendia que a revolução chinesa era o nosso modelo de fazer revolução. Foi nisso que começou a minha divergência com a AP. Discordava que a revolução chinesa fosse um modelo para ser aplicado no Brasil. Essa divergência amigável, fraterna, chegou ao Mao Tse Tung. Quando fui receber uma perna mecânica no hospital chinês, recebi um recado pra eu ir a um lugar com uma pessoa. Era para encontrar com o Mao Tsé Tung! Na conversa, ele perguntou como estava o curso. Eu falei que estava uma beleza! Mas ele responde: ‘Não está ótimo, está acontecendo algum mal-entendido, não está? Principalmente com você’. A AP tinha uma crítica à China sobre o programa da Rádio Pequim feito para o Brasil, e isso foi colocado no papel. Só que, na hora de assinar a crítica, o pessoal colocou o Mané para assinar e não o dirigente da organização. Era uma crítica coletiva, mas ficou como se fosse minha. Também tinha essa divergência sobre a revolução que contei.

Depois de duas horas de conversa, ele falou: ‘Rapaz, eu estive no Partido Comunista sozinho, quase isolado, durante 15 anos, por causa de uma divergência mais ou menos desse tipo. Os companheiros de partido achavam que a revolução chinesa devia seguir os mesmos caminhos da União Soviética e eu era o único que era contra, porque lá a revolução tinha acontecido da cidade para o campo, e aqui isso é impossível. A grande massa na China é de camponeses. Logo, a força principal dessa revolução deve ser do campo’.

DV – E isso foi algo que marcou a sua vida...

Mané – Eu passei três meses pelas bases de apoio da revolução na China. Por causa

disso, discordava de implantar o modelo deles no Brasil, tinha visto as diferenças. Depois de uma longa conversa, Mao Tse Tung continuou: ‘Mané, só faltam três coisas que preciso falar. Se você achar por bem, leve para seu país’. Ele me disse que tudo que eu tivesse aprendido na China sobre a revolução chinesa deveria ser enterrado lá mesmo. ‘Cava um buraco e enterra tudo o que você aprendeu do que foi feito na China, você faz isso?’. Aí, eu respondi, ‘Mas eu vim aqui para aprender’. Ele disse que, para aprender melhor, era preciso deixar na caixola, não levar para o Brasil, essa seria a primeira lei do materialismo dialético. Segundo, chegando de volta ao Brasil, era preciso estudar a realidade do país e fazer um trabalho profundo. A terceira era que, baseado nessa realidade, eu precisaria definir quem eram mesmo os inimigos a serem enfrentados. A disputa era baseada em saber como tirar do inimigo e trazer aos aliados. Ele me ensinou também a nunca ser o primeiro a declarar ruptura política, econômica ou ideológica. E não é isso o que está sendo feito aqui no Brasil, precisamos aprender mais sobre isso. Esses são pontos que guardei até hoje da minha conversa com ele.

DV – Onde você mora hoje?

Mané – Eu moro em João Lisboa [a 650 quilômetros da capital, São Luís], onde temos uma escola de formação e capacitação dos trabalhadores. Minha casa fica ao lado dessa escola. Eu vivo com minha segunda mulher, Denise. Tive três filhas e um filho. Mariana nasceu na Suíça, onde fiquei três anos e meio como exilado, mora comigo, e é agrônoma. O Manoelzinho é professor e a Raquel é sindicalista. A Rosinha morreu em um acidente com um caminhão na estrada, em 1º de novembro de 2002.

DV – Você já foi evangélico, e agora qual a sua religião?

Mané – Eu tenho uma crítica muito forte aos evangélicos e aos católicos, porque falar da morte de Jesus e que ele queria só o céu depois de morto é deturpar a história, levando a morte de Jesus a quase nada. Nos meus estudos, ele não morreu só porque queria o céu para os pobres, mas porque queria uma vida digna para todos os seres da sociedade.

Para mim, quem cria a vida é o universo. Na minha cabeça, não se usa este nome, Deus. O universo, que é material e ao mesmo tempo espiritual, que é capaz de criar as coisas. Quem não tem espírito, não cria. Só cria aquele que tem um espírito no seu corpo material, do contrário, não tem criatividade.

DV – O que você imagina para o Brasil em termos de modelo de desenvolvimento? Que papel as iniciativas de economia solidária devem ter?

Mané – Eu trabalho no Maranhão, em uma região de agricultura familiar, onde tem grandes produtores de soja, eucalipto, carvão, e sei que essa produção não tem diversificação. Isso cria muitas dificuldades de sobrevivência porque toda produção, quando sai para o mercado, é deles, não nossa. Produzimos, mas não aprendemos a gerenciar o negócio, por isso, hoje, discutimos a necessidade de pensar no auto-empoderamento coletivo dos trabalhadores. Não adianta falar de economia solidária se não existe um ser humano solidário.

A primeira coisa a se pensar é como construímos essa organização coletiva e solidária que gera uma produção coletiva e solidária, porque, se cada um produz para si, ninguém vai a lugar algum. Nós precisamos ter a terra para produzir com quantidade e qualidade, ter o controle da nossa produção, a industrialização dessa produção. Precisamos, também, de uma produção diversificada, que contemple a especialidade de cada um. E isso uma família sozinha não consegue fazer.

Tudo isso é importante, mas o mais importante nesse processo é: como nós conseguimos tomar posse do conhecimento científico e tecnológico para não ficarmos reféns daqueles que têm o conhecimento de transformar a produção em mercadoria cara. Precisamos conseguir assegurar esses princípios ou se torna muito difícil. É nesse campo que está a nossa grande guerra.

DV – Você acha que já se caminhou rumo a esse empoderamento ou ainda há muito o que fazer?

Mané – Estamos indo muito devagar. A maioria dos trabalhadores se encarregou, antes de tudo, de odiar os ladrões, mas só ter raiva não adianta. É necessário ter coragem, sabedoria, conhecimento e, também, o que se chama de amor ao próximo. Essa relação amorosa é muito importante para a sociedade andar. É preciso ter muito amor com o que se faz.

DV – As iniciativas de economia solidária vêm se fortalecendo na sociedade brasileira. Como você avalia esse processo em relação, por exemplo, há dez anos?

Mané – Está muito devagar, mas está acontecendo. Porém, acredito que, para andar mais rapidamente, a economia solidária necessita de

um investimento muito grande na questão do conhecimento científico e tecnológico. Se isso não acontece, o processo acontece, mas não cresce. Precisamos substituir essa produção em grande escala que só serve para exportação.

Há, também, a questão do veneno e dos agrotóxicos. É preciso uma produção orgânica, que respeite a natureza e, sobretudo, a vida de cada ser que gera aquela produção. Não adianta ter um pinto que, em cinco dias, vira um galo gigante e não presta. Um boi que antes não dava nem 500 quilos, hoje pesa mais de mil! Gera riquezas, mas não gera produtos de qualidade. Essa produção excessivamente comercial só tem gerado fome, desigualdade. Nossos rios não têm mais peixes, por conta da poluição, e nossas florestas já não estão, nem de longe, como eram antes.

O Maranhão era um estado pobre, mas não de famintos. Uma coisa é ser pobre, e outra é ser faminto. Com isso, aumentou a violência. Qual é a alternativa? Ser um marginal para tomar de quem tem? O Bolsa Família, que devia ser uma coisa boa, pelo menos em nosso estado, não está sendo.

DV – Por quê?

Mané – Porque o processo de capacitação, conscientização para que as pessoas gerem novos caminhos, criem autonomia, não acontece. Não existe um acompanhamento sistemático e o que acaba acontecendo é que quanto mais bolsas, mas famintos aparecem.

DV – O Bolsa Família deveria ter, então, uma segunda etapa que consistisse na implantação de escolas técnicas, cursos etc. É isso isso que está faltando?

Mané – Não só isso, mas o entendimento de que é necessário haver uma formação mais consciente e mais solidária, tanto na educação básica quanto nas universidades. Se a escola não assume isso, uma nova cultura não surge. Para surgir uma nova cultura, é preciso que haja análise, estudos, a visualização do que acontece. Hoje não vemos nada disso na televisão. Como ela é um dos principais meios de comunicação, é preciso que também esteja na televisão. É preciso haver acompanhamento dos instrumentos, e não é isso que acontece. Sem isso, fica muito difícil. Enquanto eu falo com 20, eles falam com 1 milhão, 3 milhões, como eu vou vencer? Desde 1980, eu estou no Maranhão junto com o movimento, para conseguir terra para trabalhar. Nos mobilizamos e fizemos centenas de acampamentos gigantes, com até 15 mil famílias. Conseguimos



até que Fernando Henrique Cardoso começou a governar... e como os trabalhadores não têm essa cultura coletiva de controle da produção, de industrializar e colocar no mercado, ficaram pobres, desgraçados!

Nunca conseguimos colocar a importância do corporativismo, da vida coletiva. Mas centenas, milhares de trabalhadores acham melhor vender a terra e montar um boteco para vender besteira. Vendem a terra depois de tanta luta, terra que custou até vidas. Passa um tempo, vendem e querem de novo. Não melhorou a vida, inventam mentiras, acham que vão ganhar dinheiro com cachaça. Essa é a cultura que está na cabeça do pessoal. Quem não rouba e não herda, segundo meus avós diziam, fica na merda. Essa é a cultura que predomina na sociedade.

DV – Então a educação é o principal elemento que falta?

Mané – Não vai haver mudanças significativas com qualidade e quantidade se nós, e o governo, não investirmos na escola. Temos os meios de comunicação de massa que o povo escuta e assiste a toda hora e nos quais só se fala besteira o tempo todo. Só se fala de roubo, sacanagens. Veja o exemplo das novelas, todo mundo quer ver novelas, mas existe algo de educativo nelas? Nós podemos vencer, desde que o governo federal e os governos estaduais e municipais se preocupem com essa questão muito mais do que estão preocupados hoje.

DV – Você acredita que nenhum governo teria destaque nesse sentido, focado essa questão com um pouco mais de respeito?

Mané – Dizer que não tem, não é verdade.

Eu acredito que o governo federal que temos hoje, o governo Lula, dos que eu tenho conhecimento, é o governo mais próximo da sociedade. Porém, falta muita coisa para darmos um salto da quantidade para a qualidade.

DV – Você gostaria de ressaltar algum aspecto no qual o governo Lula deveria estar investindo, e não está?

Mané – Aí temos umas questões graves. Quem determina a cultura, e até a política, de um modo geral, é quem tem o controle hegemônico da riqueza principal do país. Para trazer investimentos com mais força, com mais garra, teremos de enfrentar os ricões que estão por aí, no Brasil e no mundo. Esse é o credo de um povo. Aí, se esse povo não coloca isso como alvo de ataque, fica difícil de resolver. Isso pode acontecer desde que se trace um caminho prolongado e se busque sempre investir na organização dos trabalhadores coletivos e intensificar a questão cultural, acompanhando o plano de produção, industrialização e distribuição.

O governo Lula investiu, mas foi pouco. No Maranhão, por exemplo, tem uma família chamada Sarney que, durante a ditadura, esteve

dentro. Esse pessoal é muito rico. No Maranhão, o povo é pobre. Menos eles. É uma oligarquia poderosa. Nós [o PT, partido do qual Mané é um dos fundadores] disputamos três vezes o governo federal, ganhamos na quarta, e o José Sarney estava dentro, apoiando, lutando, defendendo. Ele é o nosso maior intermediário entre o governo federal e o estado da oligarquia Sarney. Eles têm apoio, poder. Nós, trabalhadores, de todas as cores, amarelo, branco, vermelho, negro, como queiram chamar, perdemos no Maranhão nosso alvo de ataque.

DV – Você já se candidatou alguma vez?

Mané – Fui candidato três vezes no Brasil e nunca reivindiquei ser candidato a nada. Acho que foi por isso que não ganhei. Mas toda vez que tínhamos uma candidatura que não era para ganhar, o pessoal me indicava. Assim, fui candidato ao governo, a senador e

a deputado federal. Eu entendo que o poder de alguém que chega lá sozinho não pode ser o mesmo de alguém que chega com o apoio de todo mundo, como o Lula. Mas parece que ele chegou lá sozinho. Não há uma discussão coletiva para decidir quem tem capacidade para auxiliar, os companheiros não são educados a entender que o mandato é dele para o povo. Existe um coletivo por trás da pessoa eleita.

DV – Essa mudança passa por uma reforma política no Brasil? O que seria uma reforma eficaz?

Mané – Não sei se precisa de uma reforma. Porque a reforma política imposta não vai levar a lugar nenhum. As pessoas têm de entender que, do jeito que está, é impossível continuar. Por isso, muitas revoluções feitas no mundo todo não deram certo. O que era visto como principal instrumento de construção de uma nação, a ditadura, não era nada construtiva. As pessoas precisam reagir. Se a consciência for transformada em cultura, em prática de trabalho e de vida, é possível melhorar. Mas para isso acontecer, tem de haver um grande investimento. Volto a falar, o governo precisa divulgar as coisas públicas, tornar o governo realmente público, aberto ao coletivo.

DV – Você aponta a necessidade de rede coletiva, atuação em conjunto. O governo Lula, desde que começou, busca uma aproximação com os movimentos sociais, pelo menos na teoria. Quais são os pontos negativos ou positivos dessa aproximação?

Mané – Não vejo pontos negativos. Até hoje, o melhor governo que já vi no Brasil é o do Lula. Digo sem medo de errar. Mas há limites para dizer que vai ajudar na mudança. Todos eles têm esses limites, ninguém quer se deparar com esse enfrentamento mais forte.

DV – Dizem que, de alguma forma, a sociedade civil acabou cooptada e se enfraqueceu, não fez a pressão necessária. Você concorda com isso?

Mané – Concordo, assino embaixo. Nós lutamos vários anos para criar uma central única dos trabalhadores neste país. Hoje, nós temos cinco ou seis. Cada uma criticando a outra. Eu pergunto o seguinte: nós temos um estado que está dividido em municípios, você já viu um município com dois prefeitos, um estado com dois governadores e um país com dois presidentes da República ao mesmo tempo? E nós temos três, quatro centrais de trabalhadores.



Enfraquece-se o movimento. O inimigo número um das nossas centrais é justamente essa divisão. E isso se reproduz em todo o país. Se você observar o PT, verá que a guerra está lá dentro. Como vai dar certo se os movimentos brigam entre si?

DV – Então, você acha que parte dos problemas está dentro dos próprios movimentos?

Mané – Nós mesmos, trabalhadores e trabalhadoras, não nos libertamos daquilo que havíamos adquirido ao longo da nossa história, influência ideológica e cultural. Nós estamos estruturados neste sistema capitalista. As pessoas podem até pensar que estou falando besteira, mas veja bem: houve um tempo em que só se falava de mensalão, não é? Mensalão era algo fora de moda? Não era. Companheiros nossos aderiram a isso. E não aconteceu nada! Ninguém falou nada! Precisamos de instrumentos, novas práticas, uma nova vida. Precisamos admitir que alguém faça o que o sistema faz. Qual a minha moral política, cultural e ideológica para enfrentar o que prejudica a sociedade? Essas coisas não são tratadas e, quando são, as pessoas querem mudança. Mas como? Se nós mesmos lidamos com elas, passamos a mão por cima? Não dá, e é isso que dificulta qualquer ação fraterna, solidária e democrática de qualquer governo que queira mudar alguma coisa, pois, na sua base, tem gente que diz que não faz, mas faz. Podemos chamar na teoria de economia solidária, mas a nossa prática é balela, papo furado. Quando temos uma coisa no sangue, nem que morramos, vamos até o fim.

Como se muda isso sozinho? Você acha que Jesus Cristo foi morto porque ele queria o céu para todos após sua morte? Não. Ele queria aqui o céu para que vivêssemos bem na terra. Céu não é condição de quem não peca depois da morte. Aqui está o céu e o inferno. Falta generalizar muito mais esse sentimento de libertação e é necessário assumirmos. Mas não basta culpamos alguém. O problema está em como, coletivamente, nos organizamos, trabalhamos para colocar freio nessas coisas que são terríveis.

DV – Você acha que a produção do etanol vai prejudicar ou beneficiar o trabalhador rural?

Mané – Como já disse, é necessário todo um trabalho de capacitação, reeducação e implantação da economia solidária. Temos visto a crise do capitalismo no mundo inteiro e, com certeza, os primeiros investimentos a serem

cortados são os destinados ao social, eles são, então, colocados no etanol, no petróleo etc. Fariamos uma feira em Imperatriz, uma feira de economia solidária, e com a crise, sem nenhuma conversa, o apoio financeiro foi cortado. Foi nos dada a desculpa de que a conjuntura estava exigindo essa posição. Se não conseguirmos andar com os nossos pés, não teremos sustentabilidade. Ela passa pela união consciente. Afinal de contas, qual sociedade queremos construir? Uma sociedade capitalista, socialista, misturada? Como é isso? Podem construir o que quiserem e, com o passar do tempo, volta tudo.

DV – Você estava falando da crise. O que significa para você a eleição de Barack Obama como presidente dos Estados Unidos?

Mané – Eu vejo a situação do Barack Obama muito parecida com a que vivemos aqui com o Lula. Ele pode melhorar muitas coisas, mas uma transformação, como a que eu sonho há mais de 50 anos, não vai acontecer a curto prazo. O grande problema é ter a paciência de construir e andar junto. É fundamental ter esse amor solidário em que o saber não é monopólio, mas coletivo. Isso custa para acontecer.

DV – Você acredita que a reforma agrária vai acontecer?

Mané – Eu acredito que saia. E tenho certeza que é importante. Mas o que a reforma agrária traz de benefícios à sociedade presente nos centros urbanos? A terra sempre foi vista como coisa de pobres. Até quem está no campo quer sair de lá. Precisamos mudar essa cultura. A questão da reforma agrária não é só terra e pobreza. As pessoas precisam entender que terra nunca foi mercadoria. O sol não é, o ar não é. Se bem que, até hoje, o sol só não virou mercadoria ainda porque não conseguiram prendê-lo. Tudo vira mercadoria nessa sociedade do dinheiro. Essa mudança de cultura é necessária. O debate da reforma agrária começou no governo João Goulart, quando nós começamos a criar coragem para ocupar as terras. Foi em uma ocupação em 1968, quando eu perdi minha perna, 13 de julho de 1968, ano em que completei 33 anos. Foi quando conheci o primeiro assentamento do Maranhão. A revolta foi surgindo em todas as esferas e foram surgindo novas ocupações que só foram reconhecidas depois da ditadura. No dia em que tivermos uma força invencível para tomar posse desses instrumentos, que não estão nas nossas mãos, conseguiremos ver a reforma agrária acontecendo. ■

Participaram desta entrevista

Ana Bittencourt
Diego Santos
Flávia Mattar
Jamilé Chequer

Realização

Decupagem e fotos
Diego Santos

Edição
Jamilé Chequer

Produção
Geni Macedo